

Marília Melo destacou aos parlamentares os avanços obtidos na Semad para universalizar os serviços de saneamento básico em Minas Gerais. Ela citou a realização das pré-conferências do Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB), que começarão a ser realizadas na primeira quinzena de julho para apresentação de estudos preliminares realizados sobre cada um dos sete territórios de saneamento básico que foram definidos para agrupar as regiões do Estado.

As rodadas para participação da população vão até o final de agosto. O primeiro território a receber as preferências é o município de Belo Horizonte. As pré-conferências serão realizadas pelo Comitê Brasileiro de Projetos e Empreendimentos (Cobrape), empresa vencedora da licitação para elaborar o PESB, sob coordenação da Semad. As inscrições podem ser feitas em formulário disponível neste [link](#). O link para acesso às salas será disponibilizado no site da Semad até 15 dias antes da data do encontro.

A secretária também citou o trabalho feito em Minas, em cumprimento ao Novo Marco Regulatório do Saneamento, para instituir as unidades regionais de saneamento básico. Na última sexta-feira (25/06) o Conselho de Políticas de Saneamento e Etilização Na

A secretária também citou a criação, neste ano, do Sistema de Gerenciamento de Informações de Barragens (Sigibar), além da publicação de regras para cadastro de auditores independentes junto à Feam e para a elaboração de relatórios técnicos de segurança de barragens.

Redução de passivo

Durante o Assembleia Fiscaliza, a secretária apresentou os dados referentes à redução de passivo. No licenciamento ambiental, o Estado já alcança uma diminuição de 84,8% dos processos e há a expectativa de que o passivo seja zerado em 2022. Já em relação às outorgas de uso da água, a redução registrada foi de 82,8% e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) deve finalizar todos os processos pendentes de análises no primeiro trimestre de 2022.

Para as autorizações de intervenções ambientais, a redução no passivo alcançada é de 73,6%, com a expectativa de que, até julho de 2022, o IEF não tenha mais processos pendentes. Ao longo do tempo no Sisema foi gerado um grande passivo processual, que resultou também em um impacto à sociedade, especialmente com a demora para a concessão desses atos autorizativos. Desde o início do Governo Zema nós temos a diretriz e estamos trabalhando para tratar todos esses processos com maior celeridade, tirando a burocracia desnecessária, explicou a secretária.

O termo não prevê, no entanto, teto financeiro a ser gablno Imo aprp r çtão ambiental.o